

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE FORTALEZA/CE**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT

JUSTIÇA GRATUITA

MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA, brasileiro(a), solteiro, autônomo, portador do CPF nº 041.974.953-58, residente e domiciliado na Rua Piritiba, nº 408, Bairro Centro, Caucaia/CE aqui denominada **PROMOVENTE** por sua procuradora infra-assinada (mandato anexo), **Dra. MÔNICA ALMEIDA DA SILVA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrito na OAB/CE sob o nº 25.813, com endereço profissional, à Rua Professor Francisco Gonçalves, nº 1300, Cocó, Fortaleza/CE, onde receberá as intimações, vem à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica, direito privado, inscrita regularmente no CNPJ: 09.248.608/0001-04, estabelecida comercialmente a AV. SENADOR DANTAS Nº 74, 5º ANDAR – CENTRO, RIO DE JANEIRO – CEP: 20.031-205, aqui denominada **PROMOVIDA**, pelas razões de fato e direito adiante aduzidas:

01 - PRELIMINARMENTE

01.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM – O SEGURO DPVAT- CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

A Resolução nº 6/86, do Conselho Nacional de Trânsito, visando simplificar e desburocratizar os encargos dos proprietários de veículos criou um novo documento que reuniu o registro, o licenciamento, o recolhimento de imposto, e a contratação do seguro DPVAT.

Essa nova forma de contratação possibilitou a adoção de um regime operacional em conjunto concretizado através da assinatura de convênio (documentos anexo), firmado inclusive pela ré, outras seguradoras e Federação Nacional das Empresas de Seguro Privados e de Capitalização-FENASEG, com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 12º andar, no Rio de Janeiro, na qual passaram a operar o DPVAT em conjunto e solidariamente assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados pelos proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados – os DUT, S.

Ficou estabelecida entre todas as seguradoras participantes do convênio, a proporção do rateio das receitas e despesas, bem como o compromisso de cada uma e de todas elas em atender os usuários e beneficiários do seguro obrigatório, em qualquer uma de suas dependências no território nacional, procedendo a regularização do sinistro, pagando a indenização e despesas de direito recuperando-as, após, das demais participantes do convênio.

E mais, ficou ainda acertado que o conjunto das convenientes arque com pagamento da indenização por morte resultante de acidente provocado por veículo identificado ou não.

Ao gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta SOLIDÁRIA do seguro DPVAT, as seguradoras participantes do Convênio nomearam e constituíram sua procuradora e representante comum de todas elas, perante terceiros, a FENASEG. Assim, desde essa época (1986) o seguro DPVAT vem funcionando através desse sistema pool ou consórcio decorrente desse convênio.

A indenização, portanto, sempre é paga pelo consórcio resultante do convênio DPVAT, destacando-se, no convênio o seguinte:

Que toda Conveniente se compromete a atender usuários ou beneficiários do seguro pago através do Documento Único de Trânsito, por ele procurada

em qualquer de suas dependências no território nacional, pagando indenização, despesas de direito e recuperando-as de todas as integrantes deste convênio.

Logo, qualquer seguradora participante do consórcio poderá ser acionada pagando a indenização requerida, ou diferença não paga, deverá recuperar tais valores junto a FENASEG, significando que além de recuperar-se (nada gastará e ainda fará jus a remuneração de 10% (dez por cento) do valor da indenização que tiver efetivamente pago, nos termos do item “8.1” do aludido convênio).

Quer dizer também que, o interessado poderá requerer sua indenização, ou no caso, a diferença do que tiver recebido a menor aquém dos 40 salários mínimos preconizados pela lei nº 6.194/74, art. 3º, em qualquer seguradora integrante do consórcio, e que será recuperado (devolvido) pelo consórcio, no caso a FENASEG, que gera seus interesses e é destinatária da arrecadação anual recolhida dos usuários e proprietários de veículos automotores em todo o território nacional.

01.2 - DAS NOTIFICAÇÕES

Solicita-se que as intimações referentes ao andamento processual sejam feitas necessariamente na pessoa da advogada do promovente, **Dra. MÔNICA ALMEIDA DA SILVA**, no endereço mencionado na qualificação.

“Havendo designação prévia e expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade” (STJ-RT 779/182)

01.3 - DA JUSTIÇA GRATUITA

O suplicante não tem como arcar com as custas deste processo sem o comprometimento do seu sustento e de sua família. Vem então requerer que lhe seja concedido de benefício da assistência judiciária gratuita, como lhe faculta a Lei nº 1060/50.

“Art. 1º. Os poderes públicos, federal e estadual, independente da colaboração que possam receber dos municípios e da Ordem

dos Advogados do Brasil, - OAB, concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente Lei. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)”

Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.”

...

“Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)”

02 - DOS FATOS

O(a) Postulante foi vítima de acidente de trânsito, conforme registro de ocorrência da Delegacia de Polícia, em anexo. Em consequência do evento, sofri gravíssimas lesões que culminaram em debilidade permanente de acordo com laudo médico em anexo.

Hoje, apresenta como sequelas limitação que o impedem na realização de suas atividades laborais e em quaisquer atividades que exijam esforço do membro sequelado.

Os ferimentos sofridos no acidente foram de natureza gravíssima, de modo a deixar o Autor (a) acometido de debilidade permanente, a qual foi constatada após ser submetido a exame, conforme se confere nos documentos, em anexo, o que o tornou merecedor de parte da indenização que ora pleiteia.

Após encaminhar pedido de indenização por invalidez perante uma das seguradoras participantes do consórcio DPVAT, **SINISTRO de nº 3150/791066**, o Autor (a) recebeu a quantia de **R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor esse, em desconformidade com aplicação da Lei n. 6.194/74 redação atual dada pela MP 451/2008, onde observa e denuncia que recebeu valor a menor do que prega os parâmetros aplicados em tabela de graduação de lesões, o que se provará através de uma nova perícia. Desta forma, considerando o grau da lesão no caso em tela, resta uma diferença de **R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)** a que o Autor faz jus, o que se demonstrará pelos fundamentos jurídicos que seguem.

03 - DO DIREITO

03.1 - A QUESTÃO DA APLICABILIDADE DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 EM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS.

Outro enfoque que se empresta a pretensão do Autor(a) diz respeito à aplicabilidade do art.3º, da lei 6.194/74, sendo que a jurisprudência consolidou-se no sentido de que as Leis 6.205/75 e 6.423/77, bem como a Carta Magna não retiraram seu vigor, devendo ser aplicado em todo o seu teto para fins de fixação de indenização ali estabelecida.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu nesse sentido, em se tratando de indenização por ato ilícito, admite-se a vinculação do valor desta, ao salário mínimo.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS – FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE EM SALÁRIOS MÍNIMOS – LEI 6.194/74, ART. 3º -LEI 6.205/75 E LEI 6.243/77 – As Leis 6.205/75 e 6.243/77 não revogaram o critério de fixação do valor da indenização (LEI 6.194/74, ART.3º), em salários mínimos quer pelo marcante interesse social e previdenciário desse tipo de seguro, quer porque a Lei anterior estabeleceu critério de fixação do valor indenizatório, não constituindo em fator de correção monetário a que se referem as Leis supervenientes.(Resp. não conhecido. Recurso especial nº 12.145-SP (91.0012976-3) – Rel. Min. ATHOS CARNEIRO – Recorrente: Sul América, Terrestres, Marítimos e Acidentes CIA de Seguros – Recorrido: Edilma Salece Cecolim da Silva – Assist. Instituto de Resseguros do Brasil.

RESP16185 – 1997/0093602-3 Rel. Min. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – DIREITO CIVIL – SEGURO OBRIGATÓRIO – FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS –

VALIDADE – QUALIFICAÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO, E, NÃO UTILIZADOS COMO CORREÇÃO MONETÁRIA – ORIENTAÇÃO DA SEÇÃO, RECURSO DESACOLHIDO – A indenização decorrente do seguro obrigatório pode ser fixada em salários mínimos, tendo em vista que o objetivo da Lei 6.205/75 foi impedir a vinculação do salário mínimo como fator de correção monetária, não a utilização como qualificação de montante indenizatório. No mesmo sentido: RESP 12145- SP; 98691-MG: 1320025-SP STJ.

Ementa: Civil. Seguro Obrigatório. Indenização fixada em salários mínimos. Segundo o reiterado e uníssono entendimento

desta corte e plenamente válida a utilização do salário mínimo para quantificar indenização decorrente seguro obrigatório. RECURSO ESPECIAL Não conhecido Resp.2158-RS;R 199400238398,rel.Min. Bueno de Souza,06/04/99.

Assim dispondo o art.3º, inciso II, da mencionada lei nº 6.194/74 que, no caso de invalidez permanente, a indenização paga pelo seguro obrigatório é de 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País segue-se que o requerimento do requerente deve ser acolhido.

O artigo 7º da Constituição Federal de 1.988 colocou o salário mínimo como garantia social de condição e qualidade de vida, inclusive para efeitos de acesso a previdência social. O raciocínio deve ser feito em termos de renda familiar, portanto em salário mínimo. Por outro lado, se o seguro obrigatório for instituído exatamente com a finalidade de integrar os seguros ao processo social do País conforme inciso I, do artigo 5º, do Decreto Lei nº 73, de 1.966 que o criou e universalizados pelas leis nº 6.194/74 e nº 8.441/92, não se pode incluir o valor da indenização na vedação final do inciso IV, do artigo 7º da Constituição Federal, mas sim no corpo desse mesmo inciso. Nesse passo é bom lembrar que a Lei nº 8.441/92 é bem posterior a Constituição, não fez qualquer menção ou ressalva em face de vedação constitucional e com respeito ao valor estabelecido na Lei nº 6.194/74, mas até foi taxativa na nova redação que deu ao seu artigo 7º - “A indenização por pessoas vitimadas por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos...”

03.2 - DA QUITAÇÃO APENAS PARCIAL E DO DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO

O direito à complementação, atualizada monetariamente e com incidência juros é direito do Autor. Eis a jurisprudência aplicável:

SEGURO OBRIGATÓRIO – Cobrança de diferença de valores pagos a menor a menos-possibilidade – Existência de quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o quantum recebido. Pretensão ao recebimento do valor correspondente a 40 salários mínimos descontados os valores já pagos – Admissibilidade – lei nº 6.194/74, artigo 3º, Recurso improvido – SEGURO OBRIGATÓRIO – Responsabilidade Civil. Atropelamento

vítima fatal. Cabimento da diferença com base em 40 salários mínimos, ainda que se tenha dado quitação. Recurso Improvido (2º TACSP 2ª Câm. Especial de julho de 1996; Ap. nº 680.591-2SP: REL JUIZ SALLES DE TOLEDO; J.05/09/1996”.

RECURSO ESPECIAL Nº 296.669 0-SÃO PAULO – Relator: Min. MANOEL ANDRIGHI- Recte: Sueli Aparecida Costa de Oliveira – Recdo: Companhia de Seguros de Estado de São Paulo – COSESP – Direito Civil- Recurso Especial. Ação de conhecimento – Rito Sumário – Seguro Obrigatório (DPVAT). Complementação de Indenização – Admissibilidade – O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da lei 6.194/74, não se traduz em renúncia à este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação precedente. O V. acórdão recorrido, ao se negar o pedido de complementação da indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT), mesmo diante da existência de instrumento da quitação outorgado pela ora recorrente ao recorrido, confrontou-se com a jurisprudência dominante desta C.STJ.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS – INDENIZAÇÃO POR MORTE – FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS – LEI 6.194/74 ART.3º RECIBO DE QUITAÇÃO – RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO – DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. I – Pacífica a jurisprudência desta corte no sentido de que o art. 3º, da lei 6.194/74 não fora revogado pelas leis 6.205/75 e 6.243/77, porquanto, ao adotar o salário mínimo como padrão para fixar indenização devida, não o tem como fator correção monetária, que estas Leis buscam afastar. II – Igualmente consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos a extinção da obrigação. Precedente do STJ (...) (Resp. nº

129182/SP, Rel. Min. WALDEMAR ZVEITER, Terceira Turma maioria.DJ30/03/98.

SEGURO OBRIGATÓRIO – Finalidade social da Lei que o institui – quitação cujos efeitos abrangem somente os valores recebidos, sendo lícito ao autor cobrar a diferença a que faz jus ainda que no recibo se tenha feito alusão a quitação geral e plena (1ºTACivSP, Apelação nº 405.944-5, 6ª Câmara, Rel. JUIZ CARLOS ROBERTO GONÇALVES.) SEGURO OBRIGATÓRIO – Responsabilidade Civil – Recibo de quitação de sinistro – Recebimento de valor inferior ao legalmente devido – direito a complementação – Utilização, porém, do salário mínimo da época da liquidação do sinistro para cálculo da

diferença, com correção monetária desde dia do pagamento – Recurso Provido para esse fim. (1º TACivSP, Apelação nº 0939238-7/00, Acórdão nº 41519, 12ª Câmara, julgamento 21/08/2001. “ACÓRDÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO POR ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – Valor fixado e imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes – Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca no contrato – Quitação dado por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio – Correta a determinação contida na sentença para que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação- Apelação desprovida”.(Apelação nº 719.238-7, da comarca de São Paulo, sendo apelante Kyoei do Brasil Cia de Seguros e apelados João Paulo Duarte de Souza e outro).

No seguro obrigatório a responsabilidade do pagamento das indenizações aos beneficiários dos sinistrados em acidentes de trânsito é indiscutível das Seguradoras e a indenização é tarifada, insuscetível de transação.

DPVAT: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre foi criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, que no art. 20, alínea “b”, determina:

Art. 20 – “Sem prejuízo do disposto em Leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

a) – (...)

b) – “responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestre, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e de transportadores em geral: O valor da indenização a ser pago decorrente do Seguro Obrigatório é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme determina a lei:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, por

invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada Lei nº 11.945/09)

I - ...

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482/07)

O Seguro obrigatório é genérico, abrangente, não podendo ser graduado seu pagamento diante de qual membro do corpo foi incapacitado,

ou qual lesão sofreu a vítima, sendo essa possibilidade de graduação somente possível, quando se trata de seguro individual, onde se acorda entre as partes o valor da indenização sobre o que livremente se quiser segurar, não sendo esta a situação.

A vasta Jurisprudência reafirma o entendimento do pagamento do valor total do seguro, no caso de invalidez permanente. Como exemplo, citamos decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de 23.06.2010:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBROS, APTA A PROVOCAR INVALIDEZ. A teor do que dispõe o art. 3º, inciso II, da Lei n. 6197/74, modificado pela Lei n. 11482/07, no caso de invalidez permanente, a indenização devida será de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), não tendo a lei estabelecido qualquer distinção segundo o grau de incapacidade que acomete o segurado, exigindo, tão-somente, a comprovação de que esta seja permanente. O fato de o segurado poder continuar exercendo outras atividades, ou a mesma, com restrições, não afasta a necessidade de receber o valor previsto na lei que regula o DPVAT. As resoluções do CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, que preveem valor máximo para pagamento de indenização, não podendo prevalecer sobre as disposições da Lei 6174/74, que é norma de hierarquia superior àquela. Comprovada a invalidez, é devida a indenização do seguro obrigatório, nos termos da Lei 6174/74, revelando-se ilegal a fixação de percentual segundo o grau de invalidez por norma de caráter infralegal. Recurso conhecido e provido por maioria. (20080111444507APC, Relator ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, 6ª TURMA CÍVEL TJDF, JULGADO EM 23/06/2010, DJ 08/07/2010 P. 176).

Segue o mesmo entendimento o Tribunal de Justiça de Santa Catarina em decisão de 04/06/2012:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INAPLICABILIDADE DAS NORMAS DA SUSEP-SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS E DO CNSP-CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO - PREVALÊNCIA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL - RECONHECIMENTO IMPLÍCITO DA INVALIDEZ PERMANENTE POR SEGURADORA CONGÊNERE DA APELANTE, ATRAVÉS DE INEXATO ADIMPLENTO ADMINISTRATIVO - INVIABILIDADE DE LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO AO GRAU DA LESÃO SUPOSTA PELA SEGURADA - COBERTURA FIXADA COM BASE NO

SALÁRIO MÍNIMO - POSSIBILIDADE - QUANTIA UTILIZADA APENAS COMO PARÂMETRO PARA O CÁLCULO DA COBERTURA EFETIVAMENTE DEVIDA - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. "A quantificação do Seguro DPVAT de acordo com o grau da invalidez permanente sofrida - uma vez que assim determinariam as regras ditadas pelo CNSP no uso de sua competência delegada pela Lei n. 6.194/74 - não é possível. Muito embora o art. 3º, II, dessa Lei, em sua redação vigente à época dos fatos, mencione que a indenização em tais hipóteses será de até 40 salários-mínimos, o dispositivo, a despeito do uso da preposição "até", não faz nenhuma distinção entre invalidez total e parcial; logo, não o pode fazer o Judiciário, sob pena de usurpar o papel de legislador e, desse modo, romper a independência entre os Poderes Constituídos. Corolário lógico de tal raciocínio é o de que, em se constatando a incapacidade permanente do segurado, passa a ser devida a indenização no teto previsto em lei. O grau da incapacidade laborativa é irrelevante, notadamente em virtude do alto grau de subjetivismo que tal conceito abarca" (Apelação Cível nº 2012.018706-2. Relator Desembargador Victor Ferreira. Julgado em 04/06/2012).

As Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Rio Grande do Sul editaram a Súmula 14 que trata sobre a graduação do pagamento do seguro DPVAT:

... I. Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de

quarenta salários mínimos, ou do valor máximo vigente na data do sinistro, conforme este tenha ocorrido, respectivamente, antes ou depois de 29/12/2006 (Grifos nossos).

A legitimidade passiva da promovida nasce do vínculo das seguradoras consorciadas, gerando uma grande rede de 121 seguradoras, podendo qualquer uma delas ser parte legítima para figurar no polo passivo desta ação. Confirmando esse entendimento citamos jurisprudência recente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, de 05/05/2014:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE INVALIDEZ.

SÚMULA N. 474 DO STJ. PERÍCIA. INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE NO MONTANTE DE 100%. INDENIZAÇÃO FIXADA NO GRAU MÁXIMO. PRELIMINAR SUSCITADA REJEITADA. Do agravo retido - desnecessidade da juntada aos autos do bilhete de seguro 1.As seguradoras têm o dever de indenizar os danos causados pelo acidente de trânsito, independentemente de estar ou não licenciado o veículo. Obrigação constituída por força de lei. Desnecessidade da juntada do bilhete de seguro. Da legitimidade passiva - desnecessidade de inclusão da Seguradora Líder 2.A seguradora demandada é parte legítima para figurar no pólo passivo, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há consórcio de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. Mérito do recurso em análise 3. Nos termos da Súmula n. 474 do Superior Tribunal de Justiça a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Assim, aplica-se a proporcionalidade na indenização para o caso de invalidez permanente ao grau desta, no seguro DPVAT, independente da época na qual ocorreu o sinistro. 4.Dessa forma, a parte postulante tem direito a indenização do seguro obrigatório DPVAT no montante de 40 salários mínimos se comprovar a ocorrência de invalidez total e permanente. 5.No presente feito a parte postulante tem direito a indenização do seguro obrigatório DPVAT no montante de 40 salários mínimos vigentes na data do sinistro. Perito nomeado pela culta Magistrada de primeiro grau concluiu pela ocorrência de invalidez total e permanente no montante de 100% do valor indenizatório. 6.No entanto, como não houve recurso da parte autora, deve ser mantido o valor da condenação definida pela Julgadora a quo. 7.Honorários advocatícios. Manutenção do percentual definido na sentença de primeiro grau. Rejeitada a preliminar suscitada e, no mérito, negado seguimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70059504035, Quinta Câmara

Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 05/05/2014)

03.3 -DA INCONSTITUCIONALIDADE DOS VALORES ATUAIS DO DPVAT

Antigamente o seguro DPVAT não era motivo de controvérsias, pois para a grande maioria do povo brasileiro, ele (DPVAT) era apenas mais uma “Taxa ou

imposto”, que se deveria pagar, sem esperar nenhum benefício. E assim aconteceu por muito tempo, com o baixíssimo número de beneficiados e o enorme lucro, que toda a cadeia de seguradoras obteve desde 1974, ano que foi editada a Lei 6.194, que estipulava o valor de 40 salários-mínimos para o pagamento no caso de morte ou invalidez permanente.

Diante dessa cobrança das entidades civis, para o melhor esclarecimento da população a respeito dos seus direitos, o seguro DPVAT começou mesmo que timidamente, a ser esclarecido, e com isso, quem tinha direito de reivindicar começou a fazê-lo. Assim se iniciava um forte Lobby, sem precedentes, por parte das seguradoras, para minimizar os estragos que o “esclarecimento da população” trouxe a todas elas.

Abaixo segue um breve histórico, que mostra a manobra imposta “goela abaixo” a todo cidadão que merece receber o seguro DPVAT:

1966 DECRETO-LEI Nº 73, DE 21 DE NOVEMBRO (REGULA OS SEGUROS PRIVADOS) – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

1974: Nasce o DPVAT com valor mínimo de 40 salários-mínimos – LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974. Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Muito tempo depois em 2006 é que começou o forte lobby para reduzir o valor do seguro, em uma programada estratégia de má-fé e ganância como podemos destacar a seguir:

29.12.2006 Nasce a MP 340/06 – Alteração do valor do DPVAT para “Até R\$ 13.500,00” e não mais 40 salários:

OBS: Nota-se claramente, que além de engessar o valor do prêmio em R\$ 13.500,00, a MP 340 colocou o “ATÉ”. Preparando a introdução da tabela de graduação da invalidez, posteriormente com a MP 451/2008.

Pergunta: Onde está a relevância e urgência, para ser considerada constitucional esta medida provisória?

31.05.2007: Conversão da MP 340 na lei 11.482/07.

OBS: A matéria DPVAT, vem “de carona” em uma lei, que cuida da tabela de imposto de renda, ferindo a Lei Complementar nº 95. Cria a Tabela de graduação para pagamento de invalidez. Novamente se pergunta: Onde está a relevância e urgência, para ser constitucional esta medida provisória?

04.06.2009 Conversão da MP 451 para a Lei 11.945/2009

OBS: Novamente a matéria sobre DPVAT não faz parte da motivação da lei como preceitua a Lei Complementar nº 95.

A Lei Complementar nº 95 diz de forma contundente:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

As Leis 11.482/07 e 11.945/09 nasceram de forma inconstitucional como podemos constatar acima, pela forma como foram elaboradas. Além de inconstitucionais, em sua elaboração, podem ser consideradas inconstitucionais também pelo princípio da vedação do retrocesso, ferindo direitos fundamentais que estão contidos de forma pétrea na Constituição. Revogando uma condição segura da lei, que conferia 40 salários mínimos ao inválido ou família do morto, não precisando então não ser motivo de outras futuras alterações, pois os valores não se defasavam. Ao invés disso, ardilosamente, se modificou a Lei, decrescendo o valor da indenização e colocando em moeda corrente, engessando assim, o pagamento da indenização, mesmo

sendo corrigido o valor do seguro a ser pago todos os anos, por todos nós proprietários de veículos automotores.

Não se entende como questões óbvias de interpretação direta e clara das normas constitucionais, possam ser preteridas, numa luta desleal onde a justiça é a única saída para quem se coloca contra um gigante de dinheiro e poder, como é o caso das seguradoras em questão. E assim se recorre à Justiça, a última seara de luta contra os desmandados do nosso país, ou então, rasguemos as Leis e convivamos com a imposição do poder econômico sem freio ou princípio, em um capitalismo canibal.

A questão do pagamento do DPVAT é cercada de um procedimento repetitivo por parte das seguradoras, que se prevalecem do exaurimento do processo administrativo, e da possibilidade da pessoa beneficiada, entrar ou não na justiça para buscar o restante da indenização. Este ato reduz o que se paga no montante das indenizações, pois nem todos que recebem de forma parcial, buscam sua diferença na Justiça, configurando de forma ardilosa, o que se vê em outras áreas do direito contratual, onde se “perde no varejo para se ganhar no atacado”, com isso, o único prejudicado é quem tem menos conhecimento e possibilidade de reivindicação.

Diante do costumeiro procedimento usado pelas seguradoras, se vislumbra também, uma indenização por danos morais, como forma necessária de coibir, quem se aproveita de uma situação de superioridade para auferir lucro de forma indevida, deixando de pagar o que é notoriamente devido ao promovente, apostando na redução do volume pago à grande massa de beneficiados pelo seguro, e tratando os casos remanescentes que “por ventura” busquem o litígio.

Faz-se aqui uma ressalva, para se concordar que também existe fraude e desonestidade por parte de alguns que pleiteiam o seguro, mas é insignificante em termos de valores, diante do que as seguradoras ganham com essa política de “pagar DPVAT na justiça”. Apenas a repercussão desses crimes tem maior notoriedade, isso, com um incentivo “nada modesto”, patrocinado pelo consórcio de seguradoras.

03.4 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO DPVAT APÓS O RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE:

Diante da nominada incompatibilidade entre as MP 340/2006 e 451/2008 (Leis nº 11.482/2007 e nº 11.945/2009) e a Constituição, mister se faz buscar o fundamento legal do direito à cobertura do DPVAT na legislação acorde com os

preceitos da Magna Carta. Remanesce, pois, o texto da lei 6.194/74, art. 3º, “b”, estabelecendo que a cobertura por invalidez permanente deve corresponder a 40 (quarenta salários mínimos), inexistindo previsão de utilização de qualquer tabela para a quantificação do montante indenizatório.

Conforme já argumentado, a utilização de qualquer tabela para reduzir o valor da indenização pela invalidez adquirida implicaria em ofensa à dignidade da pessoa humana, além de representar um retrocesso na legislação, na doutrina e na construção jurisprudencial brasileira, o que fere o princípio da Vedação do Retrocesso, já apresentado.

Assim, a Tabela da Lei 11.945/2009 não tem respaldo, nem técnico e muito menos constitucional, para mensurar o grau de invalidez sofrido pelo cidadão, nem tampouco para aferir o valor da indenização do Seguro 'social' Obrigatório DPVAT, motivos por que não poderá ser aplicada, sob pena de perpetrar-se

uma violação ao direito e a justiça, consolidar aberrações legislativas e abrir perigosos precedentes.

Nestes termos, já tendo sido reconhecida a invalidez pela própria seguradora, requer que a promovida seja condenada ao pagamento da quantia restante do seguro perfazendo, assim, o valor máximo, nos termos do demonstrativo abaixo:

SEGURADO(A)

VALOR DEVIDO	R\$ 35.200,00
VALOR PAGO	R\$ 7.087,50
DIFERENÇA	R\$ 28.112,50

No caso presente, portanto, considerando que os laudos são taxativos quanto à incapacidade permanente de membro do(a) autor(a), é certo que o valor devido é de **R\$ 28.112,50**, a ser pago com as devidas atualizações monetárias desde o dia do sinistro, já que, na seara administrativa, a seguradora avaliou e constatou a invalidez do(a) Autor(a).

04 - DO PEDIDO ALTERNATIVO

Por último, Excelência, abre-se esse tópico em observância ao princípio da eventualidade, para a remota hipótese de não ser reconhecida por este juízo a inconstitucionalidade das leis anteriormente tratadas.

Mesmo ciente dos prejuízos decorrentes da aplicação da tabela da Lei 11.945/2009 o(a) Autor(a), vem requerer, pelo menos, a correta adequação de sua deficiência aos percentuais de perda e valores da tabela, o que deve ser feito de modo subjetivo, uma vez que, considerando-se as particularidades de cada segurado, as perdas não se equivalem.

Isto com base no fato de que é grande o número de casos em que a Seguradora sequer paga os valores estabelecidos pela tabela da lei 11.945/2009, não

adequando a debilidade e sofrida ao quantum indenizatório correspondente. Tomem-se como exemplo os resultados das audiências realizadas nos “mutirões”, quando o segurado (a vítima) é submetido a uma perícia, constatando-se o pagamento a menor da indenização.

05 - DO PEDIDO

Diante do exposto requer:

1. A concessão da Justiça Gratuita ao promovente, por ser pobre na forma da lei;

2. A citação das PROMOVIDAS via postal, mediante aviso de recebimento – AR, para comporem a lide, e querendo apresentar contestação a presente, sob pena de **REVELIA E CONFISSÃO FICTA**;

3. Requer, ainda, **a inversão do ônus da prova**, por se tratar de uma relação de consumo, sendo verossímeis as alegações e hipossuficiente o consumidor (Lei 8.078/90, art 6º, VIII);

4. **RECONHECER A INCONSTITUCIONALIDADE, COM CARÁTER PREJUDICIAL, efeito ex tunc inter partes, das medidas provisórias 340/2006 e 451/2008, bem como das respectivas leis de conversão (LEIS Nº 11.482/2007 e 11.945/2009)**, por não atenderem aos requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62 da Constituição, e ainda por não obedecerem à Lei Complementar nº 95/1998 que regulou a norma do art. 59 da Magna Carta, bem como, por ofensa à dignidade da pessoa humana, ao instituir Tabela de Danos Pessoais, dignidade esta, elevada ao status de fundamento do Estado Democrático de Direito, nos moldes do art. 1º, III, da Constituição;

5. Em consequência do reconhecimento de inconstitucionalidade supra transcrita, **julgar inteiramente PROCEDENTE a presente demanda**, de modo que as seguradoras requeridas sejam condenadas ao pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório determinado pela lei nº 6.194, de 1974, no seu artigo 3º, alínea “b”, equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos, **tendo como diferença a ser paga o valor de R\$ 28.112,50**, com as devidas atualizações monetárias até o efetivo pagamento, desde a data do sinistro, conforme determina o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a teor do REsp 788.712/RS, e juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do REsp 1085564/SP;

6. **ALTERNATIVAMENTE**, na hipótese do pedido do item “5” não ser atendido, mesmo ciente dos prejuízos decorrentes da aplicação da Lei 11.945/2009, **CONDENAR**

A PROMOVIDA AO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT COM A CORRETA ADEQUAÇÃO DE SUA DEFICIÊNCIA AOS PERCENTUAIS DE PERDA E VALORES DA COMBATIDA TABELA, o que deve ser feito DE MODO SUBJETIVO, com as devidas atualizações monetárias, desde a data do sinistro, e juros moratórios a partir da citação da promovida, em virtude da INVALIDEZ PERMANENTE já reconhecida pela seguradora;

7. CASO OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA PARTE AUTORA NÃO SEJAM CONCLUSIVOS A RESPEITO DA INVALIDEZ E SEU GRAU, REQUER QUE SEJA OFICIADO O INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML, REQUISITANDO-SE O LAUDO DE CORPO DE DELITO PARA AFERIÇÃO DA INVALIDEZ E SEU GRAU;

8. Ao final, requer a condenação da seguradora nas custas processuais, bem como, honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, em caso de recurso;

9. Requer ainda a condenação das promovidas ao pagamento de uma indenização por danos morais no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) como ato de justiça;

PROTESTA provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, especialmente depoimentos pessoais e **perícia**, tudo desde logo requerido, caso não atendida a suplica de julgamento antecipado;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 32.112,50 (trinta e dois mil cento e doze reais e cinquenta centavos).**

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2016.

MÔNICA ALMEIDA DA SILVA

OAB/CE 25.813



Mônica Almeida
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: Maria Alana Cunha de Souza brasileiro(a),
estado civil Solteira, profissão Advogada inscrito(a) sob o CPF nº
041.974.953-58 e RG nº _____, residente
e domiciliado na Rua _____, nº _____
Bairro _____, na cidade de Fortaleza, telefone 988194371
abaixo firmado, nomeia e constitui o seu bastante procurador judicial:

OUTORGADO: MÔNICA ALMEIDA DA SILVA, brasileira, divorciada, advogada devidamente inscrito na OAB-CE sob os números 25.813, com endereço profissional, para onde deverão ser encaminhadas às intimações e notificações, Rua 24 de Maio, nº 220, Bairro Centro, Fortaleza-CE, telefones: (85) 98834.5308 – 99737.8888.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante acima qualificado nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado também supra qualificado, ao qual concede procuração para o foro em geral, com os poderes das cláusulas "ad judicium e et extra judicium", para sua representação e defesa, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º da Lei n.: 8.906, de 04.07.1994, combinado com os poderes especiais do artigo 38, do CPC, ou seja, confessar, desistir, transigir, renunciar o direito em que se funda a ação, firmar compromissos e acordos, ratificar em Juízo, receber, dar quitação, receber alvará judicial, requerer falência ou concordata, podendo, ainda, o outorgado, substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes.

Fortaleza (CE), 22 de Junho de 2016.

x Maria Alana Cunha de Souza

OUTORGANTE

Fortaleza-CE

85 99811.1818 | monicaalmeida.adv@gmail.com

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA

NOME:

Maria Alana Cunha DE Souza

CPF:

041.974.953-58

DECLARO, com fins de pleitear os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único, do artigo 4º da lei nº. 1060/50, não ter condições financeiras para arcar com as despesas da justiça, especialmente das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família; indicando para o patrocínio de minha causa a advogada em PROCURAÇÃO.

Fortaleza-CE, 27 de Janeiro de 2016

x Maria Alana Cunha de Souza

Declarante



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 504 - 3399 / 2015

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
 Data / Hora da Comunicação: **29/08/2015 12:56:11**
 Data / Hora da Ocorrência: **07/06/2015 05:30:11**
 Endereço da Ocorrência: **VIA ESTRADA DA LAGOA FUNDA**

ZONA RURAL, MORADA NOVA /CE

Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA**
 Nascimento: **16/08/1993**
 RG: **2006032095058** Órgão Emissor: **SSP** UF: **CE** - CPF:
 Filiação: **FRANCISCO IRANTILDO CLEMENTE DE SOUZA**
MARIA ADRIANA DA CUNHA
 Endereço: **SIT LAGOA FUNDA**
ZONA RURAL
MORADA NOVA CE BRASIL

Telefone: **8596939556**

Histórico

A vítima qualificada informa que no dia 07.06.2015, por volta das 05h30min, seguia no campo da motocicleta CG 150, ano 2011/2011, cor preta, placa OCE-7786, Class.9C2KC1670BR637331, em nome de José Anicésio de Oliveira, que o veículo seguia conduzido pela pessoa de nome José Anicésio, que os dois saíram da casa de um primo da vítima e no instante em que entraram na estrada, outro motociclista que seguia na estrada colidiu na lateral esquerda da motocicleta da vítima; que a vítima caiu desacordada e foi socorrida por um casal que passava no local; que a vítima deu entrada no hospital local, Fundação São Lucas, apresentando trauma na perna direita e desacordada; que por conta dos ferimentos, a vítima foi transferida para o IJF Centro, sendo constatado trauma em duas partes do fêmur direito, dilaceração de parte de um dos dedos do pé direito; que no IJF, a vítima ficou internada por durante dois dias, sendo transferida para o PSA, onde foi submetida a cirurgia na perna. Nada mais disse.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

ANGELO WAGNER PONTES DE PAULA - MAT.: 198246-1-6

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Maria Alana Cunha de Souza

VISTO DO DELEGADO(A):

LUCIANO BARRETO COUTINHO BENEVIDES - MAT.: 133843-1-2

DELEGACIA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Pág. 1 de 1

Impressa em 29/08/2015 11:15



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA

**Registro de Atendimento
Emergencial**



Emitido em: 08/07/2015 10:44:37

Por: EDUARDO MOREIRA

REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL						DATA/HORA: 07/06/2015 11:43:25	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE							
CNS: 706205588476567	NOME: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA			Registro: 5376480			
CPF:	RG:	D. NASC: 16/08/1993	ESTADO CIVIL:	SEXO: F	RAÇA/COR:		
NOME DA MÃE: MARIA DRIANA DA CUNHA			NOME DO PAI: FRANCISCO IRANILDO CLEMENTE DE SOUZA				
TIPO DE LOGRADOURO: Fazenda	ENDEREÇO DO PACIENTE: lagoa seca		Nº: 589	BAIRRO: zona rural			
COMPLEMENTO:	TELEFONE CONTATO:	MUNICÍPIO: MORADA NOVA	UF: CE	CEP: 62640000			
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL							
NOME: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA		PARENTESCO:		TELEFONE:			
ACIDENTE DE TRABALHO							
TIPO DE VÍNCULO:	CBO DO EMPREGADO:	CNPJ DO EMPREGADOR:	COSIDO DO CNAER:				
ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO							
MOTIVO DE ATENDIMENTO: Acidente com motociclista, Colisão com um veículo a motor de duas ou três rodas							
QUEIXAS: COLISAO MOTO x MOTO NA BR, ECG 15, APRESENTA HEMATOMA PERIORBITAL a E e REFERE CEFALALGIA							
OBSERVAÇÕES: TRAUMA CRANIOENCEFALICO - MECANISMO DE TRAUMA SIGNIFICATIVO							
SINAIS VITAIS							
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Pública	Escala de Dor: Moderado	PRIORIDADE DE ATENDIMENTO: LARANJA					
ESPECIALIDADE DO ATENDIMENTO:							

SERVIÇO DE REGISTRO DE ATENDIMENTO - IJF
 DATA 08/07/2015
 MATRÍCULA 13826
 Eduardo Moreira
 SERVIDOR(A)

Fortaleza 2

INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA
724 horas de proteção à vida

cdº 12600011346

a: 13/06

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA		2 - CNES: 2529149	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE: P.S.A.		4 - CNES: 	
5 - NOME DO PACIENTE: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA		6 - Nº PRONTUÁRIO: 156944	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): 108210151518184765617	8 - DATA NASCIMENTO: 16/08/1993	9 - SEXO/ CMasc CMFem	10 - RAÇA/COR
11 - NOME DA MÃE: MARIA ADRIANA DA CUNHA		12 - TELEFONE DE CONTATO: 85-88993973	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL: NI		14 - TELEFONE DE CONTATO: 85-98503781	
15 - ENDEREÇO DO PACIENTE (RUA, Nº, BAIRRO): LAGOA SECA SN-ZONA RURAL			
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: MORADA NOVA	17 - COD. IBGE MUNICÍPIO:	18 - UF: CE	19 - CEP: 61143-218
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS: PACIENTE COM FRATURA DE FEMUR D + MAO D ,NECESSITANDO DE TRATAMENTO CIRURGICO .			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO: RISCO DE COMPLICAÇÕES E AGRAVOS			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS): ANAMNESE + EXAME FÍSICO + RADIOGRAFIAS			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL FX.FEMUR +MAO	24 - CID 10 PRINCIPAL: M23	25 - CID10 SECUNDÁRIO:	26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS:
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO: TTO CIRÚRGICO		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: 012005	
29 - CLÍNICA: TRAUMA	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO: URGÊNCIA	31 - DOCUMENTO: () CNS () CPF	32 - Nº de identificação do SOLICITANTE: Traumato-Ortop
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE: Dr. Newton		34 - DATA SOLICITAÇÃO: 08/06/2015	35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº CRM): 08 JUN. 2015
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	38 - () ACIDENTE TRABALHO TRÁFICO	39 - CNPJ DA SEGURADORA:
40 - Nº DO BILHETE:	41 - SÉRIE:	42 - CNPJ DA EMPRESA:	43 - CNAE DA EMPRESA:
44 - CBOR:			
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA: () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR:		47 - COD. ÓRGÃO EMISSOR:	
48 - DOCUMENTO: () CNES () CPF		49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR:	
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO: / /		51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO CONSELHO): Denise Azevedo C. de Andrade Assessora CRM 5362 DE 24 JUN 2015	
52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR:			

Preencher de forma legível e sem abreviaturas: 1ª via- SMS e 2ª via - Prontuário do paciente

PH.008.002 Versão 3 - 01/SEY/11 - 2 Vias - Formato A4 (218x297).

Médico: **Dr. Newton**
 431
 Leitor:
 Registrador: **Baurinho**

SUS-SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		Dr. Carlos Alpa	
FICHA DE REFERENCIA			
UNIDADE DE ORIGEM:	M. 59		MUNICÍPIO: M. Nam
NOME:	M ^{te} Hanna da Cunha		
SEXO: M () F (x)	DATA DO NASCIMENTO:	OCUPAÇÃO:	
ENDEREÇO:	16/08/93		
Bairro:	Legua Funda	FONE:	
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO: Traumatologia + Neurologia.			
Fete vítima de queda de moto, c/ fonte pouca de na cabeça, c/ho de guarchibru, e pratu			
RESULTADO DE EXAMES: na fechada de femur d. = Fete consciente, no peito, nupil, resp. amb. PA = 110x70/60 = 20			
CONDUTA REALIZADA: Surt = 967 glosy. 15.			
IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:			
ASSINATURA DO ENCAMINHAMENTO- Nº REGISTRO			
UNIDADE DE REFERÊNCIA:		Mied. pl 07/06/15 06:46	
FUNÇÃO		DATA HORA	
FICHA DE CONTRA-REFERÊNCIA			
UNIDADE DE REFERÊNCIA:			
MUNICÍPIO:	FRONTUÁRIO:	ALTA / /	
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO:			
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO:			
DIAGNÓSTICO PRINCIPAL:			
CID:			
SECUNDÁRIO 1:			
CID:			
SECUNDÁRIO 2:			
CID:			
PROPOSTA DE CONDUTA PARA SEGUIMENTO:			
O PROBLEMA JUSTIFICOU A REFERÊNCIA? SIM () NÃO ()			
O MOTIVO DO DIAGNÓSTICO COINCIDE COM O DIAGNÓSTICO? SIM () NÃO ()			
ASSINATURA DO ENCAMINHAMENTO- Nº REGISTRO		FUNÇÃO DATA HORA	



REGISTRO DE ATENDIMENTO

☐ URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA

☐ AMBULATÓRIO

☒ INTERNAÇÃO

HOSPITAL PSA - DATA: 08/06/2015 - HORA: 23:11
NOME: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA
CONVENIO: SUS
MÉDICO: JOSÉ NEWTON MACEDO
ATEND.: 15002563 - PRONT.: 00156947

ATENDIMENTO

Dia 08 Mês 06 Ano 2015 Hora 23:11

☐ 1º Atendimento

☐ Retorno

Registro Nº 15002563

Prontidão Nº 00156947

13206

IDENTIFICAÇÃO PACIENTE	PACIENTE MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA		Procedência IJF	Profissão BABA	Data Nascimento 16 08 1993	IDADE 21anc
	SEXO <input checked="" type="checkbox"/> MASC <input checked="" type="checkbox"/> FEM	NATURALIDADE FORTALEZA	ESTADO CIVIL Solteiro(a)	ESCOLARIDADE -	CPF -	DOCUMENTO DE IDENTIDADE Iden 200603209501
	ENDEREÇO RUA AFONSO LOPES, 503 - 8598503781	Bairro PARQUE DOIS IRMÃOS	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	TELEFONE 8588993973	
	PR FRANCISCO IRANILDO CLEMENTE DE SOUZ	Mãe MARIA ADRIANA DA CUNHA				
ID CV	CONVENIO SUS		PAGAMENTO 60.743-218		TELEFONE	
	RESERVO				CARTÃO	
INF. INTERNAÇÃO	MÉDICO SOLICITANTE SIDNEI TORRES VIEIRA JUNIOR		MÉDICO RESPONSÁVEL JOSE NEWTON MACEDO			
	POSTO CLÍNICA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA		MUNICÍPIO 0431		REGISTRANTE LAURINDA	
	DIAGNÓSTICO S723 - Frat da diafise do femur					
	PROCEDIMENTO SOLICITADO 0408050519 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DO FEMUR		PERMANÊNCIA INTERNA			
MÉDICO SOLICITANTE	CONDIÇÕES DO PACIENTE Ebb, 60/60w 14, Eupneico, cori cor + insuflado furnura n. cori e mas 9. Cumprimento Rmua.					
	IMAGEM LABORATÓRIO(PEDIDO DE EXAMES)					
MÉDICO RESPONSÁVEL	Feito Reparo da Fratura do Femur dia 0408050519					
	DADOS DA ALTA					
	CID PRIMÁRIO / CID SECUNDÁRIO S723	PROCEDIMENTO SISREG 0408050519	PROCEDIMENTO REALIZADO 0408050519			
	MOTIVO DA ALTA <input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO <input type="checkbox"/> TRANSFERIDO <input type="checkbox"/> A REVELIA <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> ÓBITO	DATA 13 06 15		HORA		
Assinatura do Paciente ou Responsável Johanne Pereira Alves.						
Assinatura do Médico Responsável José Newton Macedo CPF: 056.872.333-34 CRM 3113						

Endereço completo e telefone: Av. Desembargador
Moreira, nº 2283 - (85) 3244.2144
Moreira, nº 2283 - (85) 3244.2144
 Cidade: Fortaleza UF: CE

Cidade: _____ UF: _____
 Cidade: _____ UF: _____
 Telefone: _____

Paciente: Maria Alina Chaves de Souza

Endereço: Av. Alameda da Paz, 503 - P. 2013 E. 2014

Prescrição: 1. C/1000 500 - 02 cl

para 014 - 12/12 e 14 de

9. Difenil 7,5 - 02 cl
para 014 - 12/12 e

Data: 13/06/17

Dr. José Newton Macedo
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM 3113

Paciente: Maria Alina Chaves

Diagnóstico: Fratura da Fêmur Direita

Cirurgia: TT. Cirúrgica Data: 11/06/15

RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES MÉDICAS

1) Fazer curativo diariamente

2) Retirar os pontos cirúrgicos em 26/06/15 no posto

- ☒ SENTAR
- ☐ PISAR COM APOIO AO RETIRAR OS PONTOS
- ☐ ANDAR COM APOIO AO RETIRAR OS PONTOS
- ☐ ELEVAR MEMBRO INFERIOR
- ☒ DOBRAR O JOELHO

- ☒ NÃO PISAR
- ☒ USAR MOLETAS
- ☒ NÃO ANDAR
- ☐ USAR TIPÓIA () DIAS

3) Ao retorno trazer esta parte da receita para facilitar o atendimento.

Retornos:

Dia: 31/08/15 Hora: 08:00 Dia: 1/1 Hora: 1
 Dia: 1/1 Hora: 1 Dia: 1/1 Hora: 1

Dr. José Newton Macedo
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM 3113

PRONTO SOCORRO DE ACIDENTADOS
 Av. Desembargador Moreira, 2283 - Aldeota - CEP: 60170-002 - Fortaleza-Ce
 PABX: (85) 3244.2144 - Fax: (85) 3224.7225



SOLICITAÇÃO DE ATESTADO

PACIENTE: Mania Alana

MÉDICO SOLICITANTE: _____

PRONT.: 156947 DATA: 13-06-19

☐ 30 ☐ 45 ☐ 60 ☐ 90 ☒ 120

☐ Alta definitiva

☐ Sem premissas
Dr. José Antonio Macêdo
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM 3113
 Ass. Médico



ATESTADO MEDICO

ATESTO que o segurado Mania Alana

CH 21, Nr 8042

portador da carteira profissional n.º _____

Série _____, necessita de 70 (setenta)




dias de afastamento do Trabalho, a partir desta data, por

Motivo de _____

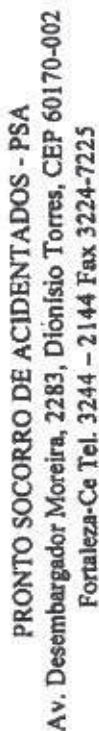
Dr. José Antonio Macêdo
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM 3113
 Ass. Médico

Fortaleza, 08/06/19

NOTA - Este atestado é válido para as finalidades previstas

 Boletim de Descrição Cirúrgica		Data: 14/06/16	
		Paciente: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA Prontuário: 156.947 Leito: 431	
Diagnóstico Pré-Operatório: Porta do Estômago D/C		Descrição da Operação:	
Descrição/Procedimento: <div> 1. Acesso Subcutâneo 2. Assessoria da Mãe 3. Abundância 4. Cúter Ric 5. R+AB+G+G+Filato 6. A- F- 1- 1/100 </div>		5. Colocação da Mãe 6. Síntese da Mãe 7. Limpeza 8. Lavar	
Diagnóstico Pós-Operatório: D em em		Assinatura do Cirurgião: <div>  Dr. José Maria Almeida da Silva Cirurgião Geral </div>	
Código: 24050519		Assinatura do Anestesiologista:	
Assepsia/antisepsia <input checked="" type="checkbox"/> Aposição de campos estéreis <input checked="" type="checkbox"/>		EXAMES RADIOLOGICOS TRANSOPERATORIO: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não EXAME HISTOPATOLOGICO: <input type="checkbox"/> Solicitado <input type="checkbox"/> Não Solicitado <input type="checkbox"/> Enviado do Laboratório <input type="checkbox"/> Entregue à Família	
Anestesiologista: <div>  Dr. José Maria Almeida da Silva CRM 152.496.963-97 CRM 152.496.963-97 </div>		Drano/Localização:	
Instrumentos Utilizados: <div> <input type="checkbox"/> Profilático <input type="checkbox"/> Terapêutico <input type="checkbox"/> Pré-Operatório <input type="checkbox"/> Transoperatório <input type="checkbox"/> Não </div>		Drano/Localização:	

REC'D - CIVIL RIGHTS
FBI - MEMPHIS
MAY 10 1968



Paciente:	MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA	Leito: 431	Prontuário: 156.947
Prescrição Médica	Horário	PA(mmHg)	T(°C)
	8h	FC(bpm)	FR(lpm)
	15h		
	21h		
	24h		
	27h		
	30h		
	33h		
	36h		
	39h		
	42h		
	45h		
	48h		
	51h		
	54h		
	57h		
	60h		
	63h		
	66h		
	69h		
	72h		
	75h		
	78h		
	81h		
	84h		
	87h		
	90h		
	93h		
	96h		
	99h		
	102h		
	105h		
	108h		
	111h		
	114h		
	117h		
	120h		
	123h		
	126h		
	129h		
	132h		
	135h		
	138h		
	141h		
	144h		
	147h		
	150h		
	153h		
	156h		
	159h		
	162h		
	165h		
	168h		
	171h		
	174h		
	177h		
	180h		
	183h		
	186h		
	189h		
	192h		
	195h		
	198h		
	201h		
	204h		
	207h		
	210h		
	213h		
	216h		
	219h		
	222h		
	225h		
	228h		
	231h		
	234h		
	237h		
	240h		
	243h		
	246h		
	249h		
	252h		
	255h		
	258h		
	261h		
	264h		
	267h		
	270h		
	273h		
	276h		
	279h		
	282h		
	285h		
	288h		
	291h		
	294h		
	297h		
	300h		
	303h		
	306h		
	309h		
	312h		
	315h		
	318h		
	321h		
	324h		
	327h		
	330h		
	333h		
	336h		
	339h		
	342h		
	345h		
	348h		
	351h		
	354h		
	357h		
	360h		
	363h		
	366h		
	369h		
	372h		
	375h		
	378h		
	381h		
	384h		
	387h		



Data: 09/06/15	Paciente: MARTA ALANA CUNHA DE SOUZA	Leito: 431	Prontuário: J56947
----------------	--------------------------------------	------------	--------------------

Item	Prescrição Médica	Horário	Hora	PA(mmHg)	T(°C)	FC(bpm)	FR(rpm)	Visto
1.	Dieta Geral	SUP	8h	140x80x60	36c	-	-	-
2.	Diclofenaco 50mg VO 8/8h	14 20 06	15h	150x90x50	36c	-	-	-
3.	Dipirona 500mg VO 6/6h SN	R	22h	120x80x30	36c	-	-	-
4.	Ranitidina 150mg VO 12/12h	17 08	Horário	6 horas	11 horas	17 horas	21 hora	
5.	Daltaparina Sódica 2500UI 24/24h	06	Glicemia					
6.	SSW	08	Evolução de Enfermagem:					
			Mamãe e papai coracutu					
			orientada, acomodada,					
			história de febre, diarreia					
			aceita e segue em					
			obg.					
			Trate por ceftriaxon					
			e paracetolo via					
			pacarado acuta					
			melta e fucuxu					
			exce em obc:					
			Vale o chamado clínico					
			Dr. Chianimara Verduziga					
			suas vda. habitus atual					
			admitiu alta. Oportuna					
			segue em obc. Alta após					



Associação Brasileira de Geriatria e Gerontologia
Fortaleza-CE. PABX: (85) 3244-2144

PRESCRIÇÃO MÉDICA / EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

Data: 11/04/12	Paciente: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA	Prescrição Médica	Horário	Leito: 431 Prontuário: 156947								
				Hora	PA(mmHg)	T(°C)	FC(bpm)	Visão				
				8h	100x80	36,2						
				15h	100x80	36,2						
				22h	120x80	36,2						
				Horário	6 horas	11 horas	17 horas	21 hora				
					Glicemia							
				Evolução de Enfermagem:								
				1. Dieta Geral - 2ra. op. e 1ca. SND								
				2. Diclofenaco 50mg VO 8/8h								
				3. Dipirona 500mg VO 6/6h SN								
				4. Ranitidina 150mg VO 12/12h								
				5. Daltaparina Sódica 2500UI 24/24h								
				6. SSW								
				7. SSW								
				8. SSW								
				9. SSW								
				10. SSW								
				11. SSW								
				12. SSW								
				13. SSW								
				14. SSW								
				15. SSW								
				16. SSW								
				17. SSW								
				18. SSW								
				19. SSW								
				20. SSW								
				21. SSW								
				22. SSW								
				23. SSW								
				24. SSW								
				25. SSW								
				26. SSW								
				27. SSW								
				28. SSW								
				29. SSW								
				30. SSW								
				31. SSW								
				32. SSW								
				33. SSW								
				34. SSW								
				35. SSW								
				36. SSW								
				37. SSW								
				38. SSW								
				39. SSW								
				40. SSW								
				41. SSW								
				42. SSW								
				43. SSW								
				44. SSW								
				45. SSW								
				46. SSW								
				47. SSW								
				48. SSW								
				49. SSW								
				50. SSW								
				51. SSW								
				52. SSW								
				53. SSW								
				54. SSW								
				55. SSW								
				56. SSW								
				57. SSW								
				58. SSW								
				59. SSW								
				60. SSW								
				61. SSW								
				62. SSW								
				63. SSW								
				64. SSW								
				65. SSW								
				66. SSW								
				67. SSW								
				68. SSW								
				69. SSW								
				70. SSW								
				71. SSW								
				72. SSW								
				73. SSW								
				74. SSW								
				75. SSW								
				76. SSW								
				77. SSW								
				78. SSW								
				79. SSW								
				80. SSW								
				81. SSW								
				82. SSW								
				83. SSW								
				84. SSW								
				85. SSW								
				86. SSW								
				87. SSW								
				88. SSW								
				89. SSW								
				90. SSW								
				91. SSW								
				92. SSW								
				93. SSW								
				94. SSW								
				95. SSW								
				96. SSW								
				97. SSW								
				98. SSW								
				99. SSW								
				100. SSW								




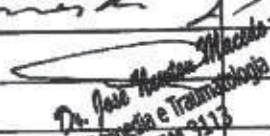

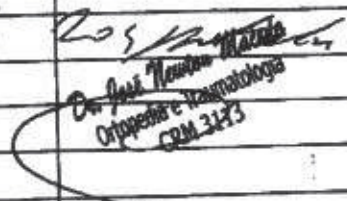
At: Desempenho e Qualidade da Assistência à Saúde - Núcleo de Apoio à Gestão
Fortaleza-CE. PABX: (85) 3244-2144

PRESCRIÇÃO MÉDICA / EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

Data: 16/04/15	Paciente: Monica Alana Cunha de Souza	Leito: 431	Prontuário: 156947				
Item	Prescrição Médica	Horário	PA(mmHg)	T(°C)	FC(bpm)	FR(lpm)	Visto
		8h	120/80	36,5°			
1. Dieta Geral		15h	130/80	36,5°			
2. Diclofenaco 50mg VO 8/8h		22h	140/90	36			
3. Dipirona 500mg VO 6/6h SN		Horário	5 horas	11 horas	17 horas	21 hora	
4. Ranitidina 150mg VO 12/12h		Glicemia					
5. Daltaparina Sódica 2500UI 24/24h							
6. SSW							
7- SF 1100 -							
8- C 1100 - 400 - 11/12							
9- T 1100 - 400 - 11/12							
10- 1100 - 400 - 11/12							
11- 1100 - 400 - 11/12							
12- 1100 - 400 - 11/12							
13- 1100 - 400 - 11/12							
14- 1100 - 400 - 11/12							
15- 1100 - 400 - 11/12							
16- 1100 - 400 - 11/12							
17- 1100 - 400 - 11/12							
18- 1100 - 400 - 11/12							
19- 1100 - 400 - 11/12							
20- 1100 - 400 - 11/12							
21- 1100 - 400 - 11/12							
22- 1100 - 400 - 11/12							
23- 1100 - 400 - 11/12							
24- 1100 - 400 - 11/12							
25- 1100 - 400 - 11/12							
26- 1100 - 400 - 11/12							
27- 1100 - 400 - 11/12							
28- 1100 - 400 - 11/12							
29- 1100 - 400 - 11/12							
30- 1100 - 400 - 11/12							
31- 1100 - 400 - 11/12							
32- 1100 - 400 - 11/12							
33- 1100 - 400 - 11/12							
34- 1100 - 400 - 11/12							
35- 1100 - 400 - 11/12							
36- 1100 - 400 - 11/12							
37- 1100 - 400 - 11/12							
38- 1100 - 400 - 11/12							
39- 1100 - 400 - 11/12							
40- 1100 - 400 - 11/12							
41- 1100 - 400 - 11/12							
42- 1100 - 400 - 11/12							
43- 1100 - 400 - 11/12							
44- 1100 - 400 - 11/12							
45- 1100 - 400 - 11/12							
46- 1100 - 400 - 11/12							
47- 1100 - 400 - 11/12							
48- 1100 - 400 - 11/12							
49- 1100 - 400 - 11/12							
50- 1100 - 400 - 11/12							
51- 1100 - 400 - 11/12							
52- 1100 - 400 - 11/12							
53- 1100 - 400 - 11/12							
54- 1100 - 400 - 11/12							
55- 1100 - 400 - 11/12							
56- 1100 - 400 - 11/12							
57- 1100 - 400 - 11/12							
58- 1100 - 400 - 11/12							
59- 1100 - 400 - 11/12							
60- 1100 - 400 - 11/12							
61- 1100 - 400 - 11/12							
62- 1100 - 400 - 11/12							
63- 1100 - 400 - 11/12							
64- 1100 - 400 - 11/12							
65- 1100 - 400 - 11/12							
66- 1100 - 400 - 11/12							
67- 1100 - 400 - 11/12							
68- 1100 - 400 - 11/12							
69- 1100 - 400 - 11/12							
70- 1100 - 400 - 11/12							
71- 1100 - 400 - 11/12							
72- 1100 - 400 - 11/12							
73- 1100 - 400 - 11/12							
74- 1100 - 400 - 11/12							
75- 1100 - 400 - 11/12							
76- 1100 - 400 - 11/12							
77- 1100 - 400 - 11/12							
78- 1100 - 400 - 11/12							
79- 1100 - 400 - 11/12							
80- 1100 - 400 - 11/12							
81- 1100 - 400 - 11/12							
82- 1100 - 400 - 11/12							
83- 1100 - 400 - 11/12							
84- 1100 - 400 - 11/12							
85- 1100 - 400 - 11/12							
86- 1100 - 400 - 11/12							
87- 1100 - 400 - 11/12							
88- 1100 - 400 - 11/12							
89- 1100 - 400 - 11/12							
90- 1100 - 400 - 11/12							
91- 1100 - 400 - 11/12							
92- 1100 - 400 - 11/12							
93- 1100 - 400 - 11/12							
94- 1100 - 400 - 11/12							
95- 1100 - 400 - 11/12							
96- 1100 - 400 - 11/12							
97- 1100 - 400 - 11/12							
98- 1100 - 400 - 11/12							
99- 1100 - 400 - 11/12							
100- 1100 - 400 - 11/12							
101- 1100 - 400 - 11/12							
102- 1100 - 400 - 11/12							
103- 1100 - 400 - 11/12							
104- 1100 - 400 - 11/12							
105- 1100 - 400 - 11/12							
106- 1100 - 400 - 11/12							
107- 1100 - 400 - 11/12							
108- 1100 - 400 - 11/12							
109- 1100 - 400 - 11/12							
110- 1100 - 400 - 11/12							
111- 1100 - 400 - 11/12							
112- 1100 - 400 - 11/12							
113- 1100 - 400 - 11/12							
114- 1100 - 400 - 11/12							
115- 1100 - 400 - 11/12							
116- 1100 - 400 - 11/12							
117- 1100 - 400 - 11/12							
118- 1100 - 400 - 11/12							
119- 1100 - 400 - 11/12							
120- 1100 - 400 - 11/12							
121- 1100 - 400 - 11/12							
122- 1100 - 400 - 11/12							
123- 1100 - 400 - 11/12							
124- 1100 - 400 - 11/12							
125- 1100 - 400 - 11/12							
126- 1100 - 400 - 11/12							
127- 1100 - 400 - 11/12							
128- 1100 - 400 - 11/12							
129- 1100 - 400 - 11/12							
130- 1100 - 400 - 11/12							
131- 1100 - 400 - 11/12							
132- 1100 - 400 - 11/12							
133- 1100 - 400 - 11/12							
134- 1100 - 400 - 11/12							
135- 1100 - 400 - 11/12							
136- 1100 - 400 - 11/12							
137- 1100 - 400 - 11/12							
138- 1100 - 400 - 11/12							
139- 1100 - 400 - 11/12							
140- 1100 - 400 - 11/12							
141- 1100 - 400 - 11/12							
142- 1100 - 400 - 11/12							
143- 1100 - 400 - 11/12							
144- 1100 - 400 - 11/12							
145- 1100 - 400 - 11/12							
146- 1100 - 400 - 11/12							
147- 1100 - 400 - 11/12							
148- 1100 - 400 - 11/12							
149- 1100 - 400 - 11/12							
150- 1100 - 400 - 11/12							
151- 1100 - 400 - 11/12							
152- 1100 - 400 - 11/12							
153- 1100 - 400 - 11/12							
154- 1100 - 400 - 11/12							
155- 1100 - 400 - 11/12							
156- 1100 - 400 - 11/12							
157- 1100 - 400 - 11/12							
158- 1100 - 400 - 11/12							
159- 1100 - 400 - 11/12							
160- 1100 - 400 - 11/12							
161- 1100 - 400 - 11/12							
162- 1100 - 400 - 11/12							
163- 1100 - 400 - 11/12							
164- 1100 - 400 - 11/12							
165- 1100 - 400 - 11/12							
166- 1100 - 400 - 11/12							
167- 1100 - 400 - 11/12							
168- 1100 - 400 - 11/12							
169- 1100 - 400 - 11/12							
170- 1100 - 400 - 11/12							
171- 1100 - 400 - 11/12							
172- 1100 - 400 - 11/12							
173- 1100 - 400 - 11/12							
174- 1100 - 400 - 11/12							
175- 1100 - 400 - 11/12							
176- 1100 - 400 - 11/12							
177- 1100 - 400 - 11/12							
178- 1100 - 400 - 11/12							
179- 1100 - 400 - 11/12							
180- 1100 - 400 - 11/12							
181- 1100 - 400 - 11/12							
182- 1100 - 400 - 11/12							
183- 1100 - 400 - 11/12							
184- 1100 - 400 - 11/12							
185- 1100 - 400 - 11/12							
186- 1100 - 400 - 11/12							
187- 1100 - 400 - 11/12							
188- 1100 - 400 - 11/12							
189- 1100 - 400 - 11/12							
190- 1100 - 400 - 11/12							
191- 1100 - 400 - 11/12							
192- 1100 - 400 - 11/12							
193- 1100 - 400 - 11/12							
194- 1100 - 400 - 11/12							
195- 1100 - 400 - 11/12							
196- 1100 - 400 - 11/12							
197- 1100 - 400 - 11/12							
198- 1100 - 400 - 11/12							
199- 1100 - 400 - 11/12							
200- 1100 - 400 - 11/12							
201- 1100 - 400 - 11/12							
202- 1100 - 400 - 11/12							
203- 1100 - 400 - 11/12							
204- 1100 - 400 - 11/12							
205- 1100 - 400 - 11/12							
206- 1100 - 400 - 11/12							
207- 1100 - 400 - 11/12							
208- 1100 - 400 - 11/12							
209- 1100 - 400 - 11/12							



PRONTOSOCORRO DE ACIDENTADOS - PSA
Av. Desembargador Moreira, 2283, Dionísio Torres, CEP 60170-002
Fortaleza-Ce Tel. 3244 - 2144 Fax 3224-7225

Paciente:	MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA	Idade	21
Diagnóstico:	Fx distal/mta de punho @ + fx de 4º e 5º MCL @		
	Evolução/ Parecer	Assinatura	
8/6/15	Exame clínico e radiológico com artroscopia funcional a cerca de 1 mês @. Clínica satisfatória.		
12.06.15	Ex. @. @ intervenções realizadas no punho com a punção @ e MCL (4º e 5º) @.		
12.06.15	Exame clínico e radiológico com artroscopia funcional a cerca de 1 mês @.	 Dr. José Antonio Macedo Ortopedia e Traumatologia CRM 3113 Dr. Sérgio Torres Mota Junior CRM 13.556	
10.06.15	Exame clínico e radiológico com artroscopia funcional a cerca de 1 mês @.	 Dr. José Antonio Macedo Ortopedia e Traumatologia CRM 3113	
11.06.15	Exame clínico e radiológico com artroscopia funcional a cerca de 1 mês @.		
12.06.15	Exame clínico e radiológico com artroscopia funcional a cerca de 1 mês @.	 Dr. José Antonio Macedo Ortopedia e Traumatologia CRM 3113	
13.06.15	Exame clínico e radiológico com artroscopia funcional a cerca de 1 mês @.	 Dr. José Antonio Macedo Ortopedia e Traumatologia CRM 3113	



Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DECLARAÇÃO

Eu, MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA portador da carteira de
Licença nº 2006-032095058 e inscrito no CPF sob o nº 041.974.953-58

Residente e domiciliado na RUA PIRITIBA 408

Cidade: FORTALEZA Estado: CEARA declaro, sob as penas da lei, que estou
impossibilitado de apresentar: PRONTUÁRIO COMPLETO INCLUINDO PROCEDIMENTO
CIRÚRGICO, realizado no Hospital DE MORADA NOVA Data de Entrada: 7/6/15

Data de Saída: / /

Localizado em: MORADA NOVA

O hospital se nega a disponibilizar a Xerox do PRONTUÁRIO COMPLETO ONDE INFORMA
TODOS OS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS REALIZADOS.

Por esse motivo venho através desta comunicar e solicitar e requerer indenização do Seguro
Dpvat (Lei nº 6.194/74)

Com o objetivo de permitir o andamento do meu pedido de indenização do Seguro Dpvat, para
a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via
terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha
documentação enviada.

Concordando desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT
para a correta avaliação da existência e aferição do grau, ou lesões para os fins do art. 3º da Lei
nº 6.194/74.

Maria Alana Cunha de Souza

Assinatura do Declarante

FORTELEZA CEARA 31.08.2015

Local e Data

DECLARAÇÃO À SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS.

Eu, MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA,
cédula de identidade nº. 2006032095058 e CPF nº 04197495358, residente e domiciliado
na RUA PERITIBA 408
Bairro CENTRO da Cidade CAUENIA, beneficiário do seguro DPVAT, do acidente no dia
7/6/15, venho perante a Seguradora Líder, em resposta as exigências da apresentação da prova de
todas as providências legais, enumeradas no guia de regulação, afirmar que NÃO tenho nenhum desses
documentos abaixo citados, ora exigidos:

- a). Atendimento e/ou remoção pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil ou
- b). Atendimento e/ou Remoção pela Polícia Rodoviária Federal, ou
- c). Atendimento e/ou Remoção pelos "Anjos do Asfalto", ou Concessionárias de Vias Públicas ou
similares, ou
- d). Remoção pela SAMU, Defesa Civil, ou
- e). Inquérito Policial, ou
- f). Aviso de Sinistro em Seguradora do Ramo Autos, ou
- g). Outro documento que evidencie o acidente.

Diante do exposto, a carência de provas documentais por parte dos órgãos governamentais acima não
poderá implicar no recebimento da indenização do seguro DPVAT, venho apresentar o rol de testemunhas
abaixo, servindo como prova, conforme preceitua o Art. 212, III, do Código Civil Brasileiro, e para tanto
me coloco a inteira disposição do controle fiscalizador da Seguradora Líder.

art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato
jurídico pôde ser provado mediante:
III - testemunha;

Atenciosamente,

FORTALEZA - CE, 31 de AGOSTO de 2015.

Maria Alana Cunha de Souza

Declarante:

Test. 1:

CPF:

Test. 2:

CPF:

COMPROVAÇÃO DE ATO DECLARATÓRIO

Informo à Seguradora Líder que me encontro impossibilitado de apresentar a "comprovação de ato declaratório", para fins de requerimento de indenização do seguro DPVAT, uma vez que:

- ☒ Fui socorrido por populares
- ☐ A localidade onde ocorreu o acidente não dispõe de atendimento médico socorrista
- ☐ O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, nega-se a entregar a certidão do atendimento
- ☐ O hospital no qual fui atendido, não disponibiliza o prontuário do meu atendimento
- ☐ O hospital no qual fui atendido não especificou o motivo do meu atendimento, apenas relatou as lesões

Declara ainda que encontro-me a disposição para quaisquer providências administrativas com a finalidade de constatar a veracidade do acidente bem como prestar declaração que possa auxiliar a Seguradora Líder na resolução de meu sinistro.

Por oportuno finalizo, citando o Art. 5º da Lei 6.194, de 19 de Dezembro de 1974:

Lei 6.194

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

DECLARANTE	Maria Alana Cunha de Souza
CPF	041.974.953-58
LOCAL E DATA	FORTALEZA CEARA 31.08.2015

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, José Aniclélio de Oliveira
 RG nº 3044642 96, data de expedição 26/05/1996
 Órgão SSP, portador do CPF nº 002 426 493 80, com
 domicílio na cidade de Fortaleza, no Estado de
Ceará, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Terreiros, nº 1756

complemento CASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
 mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
 vítima MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA, cujo o condutor era
JOSÉ ANICLÉSIO DE OLIVEIRA

Veículo: MOTOCICLO
 Modelo: HONDA / CG 150 FAN EST
 Ano: 2011/2011
 Placa: OCE 7786
 Chassi: 9C2KCL 67 08 K63733
 Data do Acidente: 07.06.2015
 Local e Data: FORTALEZA

Carimbo do
Município de
Fortaleza

José Aniclélio de Oliveira
 Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

SERVIÇO REGISTRAL DE MESSEJANA. 105132291911
 Reconheço por autenticidade a firma de
JOSE ANICLESIO DE OLIVEIRA
 lançada em minha presença. Dou fé.
 Fortaleza-Messejana, 29 de julho de 2015.

RUA CEL. JOAQUIM REZERRA, 79
 48743476335251



STEFANI FORTI SANTOS
 Serviço Registral de Messejana
 Carimbo de Autenticidade



[illegible]



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, MARIA ALANA CUNHA DE SOUZAPORTADOR(A) DO RG Nº 2006 037095058 EXPEDIDO POR SSP-CE EM 20/08/2014CPF 041974953-58 / CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO _____

E RENDA MENSAL DE R\$ _____ (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA A MESMA, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caba Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 012 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3406 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 9801-3

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

FORTALEZA, 31 de AGOSTO de 2015

LOCAL E DATA

* Maria Alana Cunha de Souza

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

CONTA: 3466 013 00009801-3
NOME: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA
CPF: 041.974.953-58

COD. OPERACAO: 189100059

OPERAÇÃO REALIZADA COM
SUCESSO

TRANSAÇÃO EFETIVADA OK

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações,
reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou
de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

AGENCIA: 3466
CONTA: 013.00009801-3
NOME: MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA

VALOR: 5,00

COD. OPERACAO: 180612067

DISQUE CAIXA - 0800 726
0101 OUVIDO
RIA - 0800 725 7474

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações,
reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou
de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, MARIA ALANA PUNHA DE SOUZARG nº 2006032095058, data de expedição 20/8/14, Órgão SSP-CECPF nº 041974953.58, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA PIRITIBA</u>
Número	<u>408</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>CENTRO DE CAUCAIA</u>
Cidade	<u>CAUCAIA</u>
Estado	<u>CEARA</u>
CEP	<u>61.634-010</u>
Telefone de Contato	<u>085.98860.7957, 996939556</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: FORTALEZA CEARA. 31.08.2015Assinatura do Declarante: * Maria Alana Punha de Souza

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, MARIA ALANA CUNHA DE SOUZA, portador da carteira de identidade nº 7006032095058 e inscrito no CPF/MF sob o nº 04197495358, residente e domiciliado na RUA PIRITIBA 408 CENTRO DE CAUCAIA, Cidade CAUCAIA, Estado CEARA, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

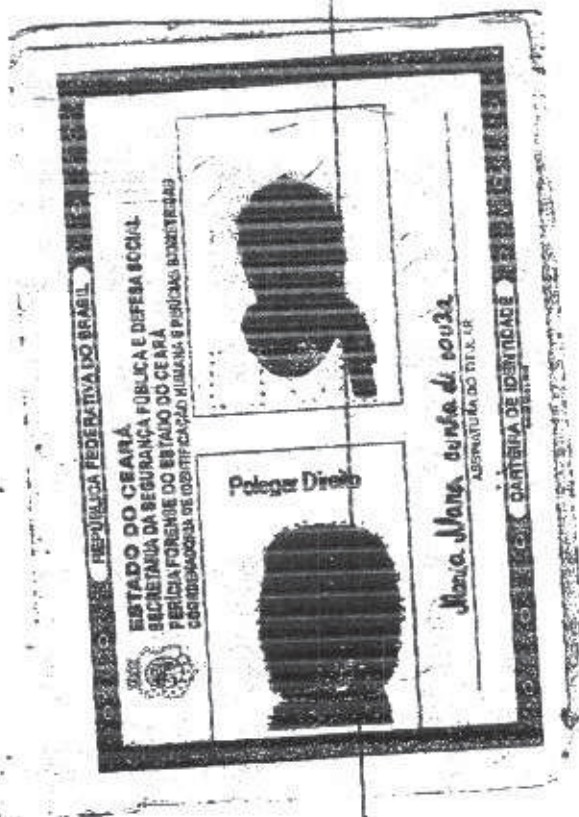
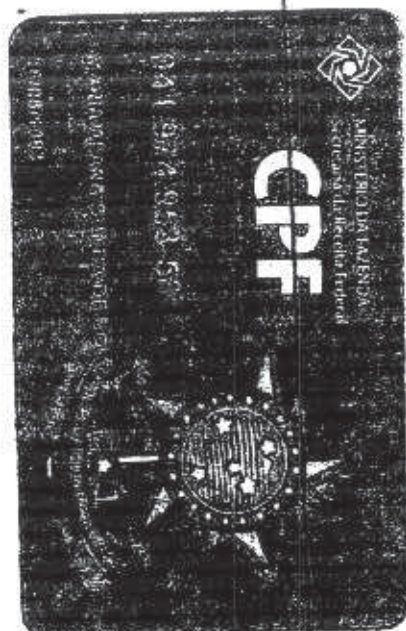
Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Maria Alana Cunha de Souza

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Fortaleza CE 31.08.2015

Local e data



Paciente: MARINA ALANA CUNHA DE SOUZA

Diagnóstico: FEMORAL FEMO. D.

Cirurgia: TT C. M. - L Data: 11.06.15

RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES MÉDICAS

1) Fazer curativo diariamente

2) Retirar os pontos cirúrgicos em 26/06/15 no posto

<input checked="" type="checkbox"/>	SENTAR	<input checked="" type="checkbox"/>	NÃO PISAR
<input type="checkbox"/>	PISAR COM APOIO AO RETIRAR OS PONTOS	<input checked="" type="checkbox"/>	USAR MOLETAS
<input type="checkbox"/>	ANDAR COM APOIO AO RETIRAR OS PONTOS	<input checked="" type="checkbox"/>	NÃO ANDAR
<input type="checkbox"/>	ELEVAR MEMBRO INFERIOR	<input type="checkbox"/>	USAR TIPÓIA () DIAS
<input checked="" type="checkbox"/>	DOBRAR O JOELHO	<input type="checkbox"/>	

3) Ao retorno trazer esta parte da receita para facilitar o atendimento.

Dr. José Newton Macedo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 3113

Retornos:

Dia: 31/08/15 Hora: 08:00 Dia: Hora:
Dia: Hora: Dia: Hora:

PRONTO SOCORRO DE ACIDENTADOS
Av. Desembargador Moreira, 2283 - Aldeota - CEP: 60170-002 - Fortaleza-Ce
PABX: (85) 3244.2144 - Fax: (85) 3224.7225

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **0108453-88.2016.8.06.0001**
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Maria Alana Cunha de Souza**
Requerido: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança aforada nesta Comarca de Fortaleza-CE, onde a parte autora visa receber da seguradora demandada indenização do seguro DPVAT a que faria jus em razão de acidente automobilístico.

Inicialmente, impende registrar, por importante, que o acidente que gerou o suposto direito à indenização do seguro DPVAT não ocorreu na Comarca de Fortaleza, nem tampouco as partes autora e ré são residentes ou domiciliadas nesta capital (o endereço indicado na inicial é apenas de sucursal e não da sede da seguradora).

O Código de Processo Civil estabelece regras de fixação de competência, que existem exatamente para evitar que haja escolha do juízo que melhor atenda, dentre os entendimentos já firmados em relação a uma matéria, a pretensão defendida pela parte.

A incompetência territorial é, via de regra, relativa, não podendo, por isso, o juízo conhecer de ofício, conforme entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, inexistindo qualquer elemento que justifique, dentro das normas de competência estabelecidas em lei, o ajuizamento da ação em determinada comarca, pode o juiz, em atenção ao princípio do juiz natural, declinar de ofício da competência, mesmo tratando-se de competência relativa.

O princípio do juiz natural, contemplado no artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição Federal, estabelece que somente o órgão jurisdicional competente pode processar e julgar a demanda. Dispõe, também, que esse órgão deverá ser estabelecido previamente à demanda, obedecendo a regra de fixação de competência prevista em lei, tornando-se, desta forma, impossível que seja feita a escolha do foro sem observância à rígida especificação legal com consequente tramitação e julgamento de ações perante juízos incompetentes.

O STJ já firmou o entendimento no sentido de ser inadmissível a escolha aleatória, sem justificativa plausível, de foro que não seja nem o do domicílio do autor, nem o do réu, nem o de eleição, nem o local de cumprimento da obrigação. No caso específico das



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

ações que cobram indenização do seguro DPVAT, o STJ editou a Súmula nº 540, que estabelece os foros onde a parte pode impetrar seu pedido, *in verbis*:

“Súmula nº 540. Na ação de cobrança de seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.” A súmula acima transcrita, dirimiu, definitivamente, os questionamentos sobre o direito do beneficiário do seguro DPVAT optar injustificadamente por qualquer foro, e estabeleceu que a liberdade da parte escolher o foro para ajuizar ação é limitada às opções previstas em lei, e não à vontade das partes ou conveniência de seus advogados.

A propositura da ação em local diverso do estabelecido em lei ou em desacordo com as normas de Organização Judiciária do Estado fere o princípio do juiz natural, constituindo, assim, matéria de ordem pública, o que permite o conhecimento de ofício pelo juiz, numa verdadeira exceção à regra e à Súmula 33 do STJ.

O entendimento aqui esposado se mostra quase que uníssono nos principais tribunais do país, dentre eles o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, como demonstram as recentes decisões adiante colacionadas:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. COMPETÊNCIA RELATIVA. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU, LOCAL DO ACIDENTE OU NO SEU DOMICÍLIO. HIPÓTESE EM QUE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO SE DEU EM FORO ESTRANHO ÀS NORMAS PROCESSUAIS. DECISÃO DECLINATÓRIA DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA Nº 33 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A questão trazida nos presentes autos cinge-se na definição da competência para apreciação de demanda em que se pleiteia a complementação de indenização decorrente de acidente automobilístico (DPVAT), tendo em vista que o magistrado a quo declinou da competência de ofício, determinando a remessa dos autos à Comarca em que reside a vítima (Penaforte). 2. Nesses termos, dúvidas não existem quanto a definição de que a cobrança de seguro decorrente de acidente automobilístico (DPVAT) é de natureza pessoal. Assim, a autora tem a opção de ajuizar sua demanda em seu domicílio ou no domicílio onde ocorreu o acidente ou, ainda, no foro do domicílio do réu, conforme entendimento firmado pelo STJ no recurso repetitivo RESP nº. 1.357.813. 3. No entanto, para o processamento da ação originária, a autora optou por Comarca totalmente estranha à relação material, não configurando qualquer das hipóteses prevista pela legislação processual civil. Ora, apesar da faculdade de escolha entre o seu domicílio, o domicílio do réu e o do local do fato, não é permitida a eleição aleatória de qualquer foro existente no território nacional, como bem destacou a douta Procuradoria-Geral de Justiça, sob pena de violação ao princípio do juiz natural, estabelecido no art. 5º, LIII, da Constituição Federal de 1988. 4. Referido fato, autoriza a mitigação da Súmula nº 33 do STJ, de modo que seja estabelecido, ainda que ex officio, o juízo competente, dentre aqueles estabelecidos em Lei, para a regular tramitação do processo. 5. Conflito Negativo de Competência conhecido, mas rejeitado, declarando o Juízo da Vara Única Vinculada da Comarca de Penaforte/CE como competente para processar julgar o feito. (TJCE; CC 0000204-80.2015.8.06.0000; Sexta Câmara Cível; Relª Desª Maria Vilauba Fausto Lopes; DJCE 11.05.2015; pág. 41) Grifo nosso

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. APESAR DE POSSUIR NATUREZA RELATIVA, TRATA-SE DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ATUAÇÃO DE OFÍCIO PELO JULGADOR QUANDO A ESCOLHA DO JUÍZO NÃO OBSERVA AS REGRAS DE COMPETÊNCIA. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 33, DO STJ. CONFLITO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. 1. A ação não foi proposta na Comarca de domicílio da autora, nem do local do acidente ou do domicílio do réu, não se enquadrando em nenhuma das regras de competência estabelecidas pela legislação processual vigente. 2. A Comarca eleita para propositura da ação não figura dentre as que, de acordo com as normas processuais, poderia ter competência, ainda que concorrente, para apreciar e julgar o feito. O ingresso da ação em Comarca diversa, Brejo Santo/CE, hipótese não abrangida pela legislação processual,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

gera nulidade insanável que inadmitte convalidação (prorrogação da competência), pois não se pode convalidar aquilo que ofende norma de ordem pública. 3. A remessa dos autos à Comarca de Penaforte não trará prejuízo à promovente, que, além de contribuir para a solução do litígio, facilitando a colheita de provas, visa garantir a observância ao princípio do juiz natural. 4. Inaplicabilidade ao caso concreto do teor da Súmula nº. 33, do STJ. 5. Conflito conhecido, mas desprovido. (TJCE; CC 000019958.2015.8.06.0000; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Washington Luis Bezerra de Araújo; DJCE 12.06.2015; pág. 24).

Assim, a opção feita pela parte, no caso em liça, data vênua, desrespeita de forma flagrante as normas de competência estabelecidas em lei e constitui-se em verdadeira escolha do juízo, violando, como dito anteriormente, o princípio do juiz natural.

O fato de a seguradora possuir filial ou sucursal nesta Comarca de Fortaleza-CE, também não confere competência a este juízo para processar e julgar esta ação, pois a faculdade de escolha de foro prevista no art. 100, IV, "b" do CPC, somente será adequada e possível nas hipóteses em que a filial/sucursal tenha vinculação com os atos praticados ou obrigações assumidas.

O suposto dever de indenizar a parte autora indiscutivelmente não decorre de obrigação assumida especificamente por tal unidade ou sucursal da demandada aqui existente, o que afasta por completo o possível direito da parte autora em demandar neste juízo.

Da fonte jurisprudencial, colho os seguintes julgados:

COMPETÊNCIA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. PROPOSITURA DA AÇÃO NO FORO DO LOCAL DA AGÊNCIA OU SUCURSAL. DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA DE OFÍCIO. ADMISSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E REGRAS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, QUE CONSTITUEM MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXCEÇÃO À REGRA DO [ART. 112 DO CPC](#). INAPLICABILIDADE AO CASO DA REGRA DO [ARTIGO 100, IV, "B", DO CPC](#). DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DO LOCAL DO DOMICÍLIO DO AUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 10 DESTA E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO IMPROVIDO. "NA COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO O AUTOR TEM A OPÇÃO DE AJUIZAR A AÇÃO NO FORO DO LUGAR DO FATO, DO SEU DOMICÍLIO OU DO RÉU. " (SÚMULA Nº 10 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO). A PROPOSITURA EM LOCAL DIVERSO, POR CONVENIÊNCIA DO ADVOGADO, FERE O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E ESTÁ EM DESACORDO COM AS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, O QUE CONSTITUI MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA E EXCEÇÃO À REGRA DO [ART. 112 DO CPC](#). No caso, o acidente automobilístico ocorreu na Comarca de Carapicuíba e o autor reside em Osasco, não havendo justificativa plausível para o ajuizamento da ação na Comarca de São Caetano do Sul, não tendo aplicação à hipótese o [artigo 100, IV, "b", do Código de Processo Civil](#), pois a obrigação em questão não foi assumida especificamente por agência ou sucursal da ré. (TJSP; AI 2133336-47.2015.8.26.0000; Ac. 8657356; São Caetano do Sul; Trigésima Segunda Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Kioitsi Chicuta; Julg. 30.07.2015; DJESP 06.08.2015) Grifo nosso.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT PROPOSTA EM FORO DIVERSO DO DOMICÍLIO DO AGRAVANTE, DO LOCAL DO FATO, DA SEDE DA AGRAVADA OU FILIAL ONDE CONTRAÍDA A OBRIGAÇÃO. DECISÃO QUE DECLINOU COMPETÊNCIA RELATIVA DE OFÍCIO. ADMISSIBILIDADE, ANTE A INOBSERVÂNCIA DAS REGRAS DE COMPETÊNCIA APLICÁVEIS À ESPÉCIE E ELEIÇÃO DE FORO ALEATÓRIO. Solução que busca resguardar o princípio constitucional do juiz natural e as normas de organização judiciária, o que constitui matéria de ordem pública e exceção à regra do [art. 112 do CPC](#) e Súmula nº 33 do C. STJ. Decisão mantida. Recurso improvido. (TJSP; AI 2093862-69.2015.8.26.0000; Ac. 8527021; Presidente Prudente; Vigésima Nona Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Neto Barbosa Ferreira; Julg. 10.06.2015; DJESP 22.06.2015).

Destarte, extrai-se dos autos que a parte autora escolheu aleatoriamente, em flagrante afronta ao princípio do juiz natural, o foro desta capital para ajuizar sua ação, sem que aqui fosse o seu domicílio, nem o do réu, nem o de eleição, nem o local do acidente, nem tampouco o local de cumprimento da obrigação, devendo, por isso, a incompetência deste juízo ser



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

reconhecida de ofício, sob pena de permitir que os litigantes escolham juízes para apreciar seus pleitos, numa verdadeira burla às normas de competência territorial-funcional, o que seria, datíssima vênica, um absurdo impensável.

Assim, com base nas razões acima expostas, **DECLINO DA COMPETÊNCIA** para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa.

Exp. Nec.

Fortaleza/CE, 03 de fevereiro de 2016.

Adayde Monteiro Pimentel

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

fls. 181

Comarca de Caucaia

1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Quinze de Outubro, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8989, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.leivel@tjce.jus.br/aucaia

MANDADO DE INTIMAÇÃO

(JUSTIÇA GRATUITA)

Processo n.º: 0108453-88.2016.8.06.0001
 Classe: Procedimento Comum
 Assunto: Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito e Pagamento
 Requerente: Maria Alana Cunha de Souza
 Endereço: Rua Piritiba, Centro, 408 - CEP 60000-000, Caucaia-CE

07 DEZ 2018

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Dr(a). Maria Valdileny Sombra Franklin, na forma da lei, etc. **MANDA** o (a) Analista Judiciário (a) (Lei Estadual nº 14.786/2010) – Execução de Mandados desta comarca, a quem este será entregue, indo devidamente assinado, que em seu cumprimento, se dirija ao endereço do (a) (s) requerente (a) (s) e sendo aí, **INTIME-SE** para comparecer no dia 13/12/2018 à 14:00 horas para realização de perícia médica, na Clínica de Referência do Homem, na Rua da Consolação, nº 202, Vila Gois, Caucaia/Ceará. Obs: Levar atestados e laudo médicos atualizados. **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Dado e passado neste(a) 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, em Caucaia, aos 07 de dezembro de 2018. Eu Jamila da Silva Miranda Oliveira, À Disposição, P701408, o digitei. Subcrevo: Débor Rodrigues Nogueira Meira Barbosa, Supervisor(a) Unid. Judiciária.

Caucaia/CE, 07 de dezembro de 2018.

Maria Valdileny Sombra Franklin

Juíza de Direito

Assinado por certificação digital¹

004/28

¹ De acordo com o Art. 1º da Lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11 Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida

PROC.: 0208453-88.2016

CERTIDÃO

Certifico e dou fé de que o presente mandado NÃO atingiu a sua finalidade, pois, neste dia, às compareci ao local indicado e constatei que:

() não localizei o nº (x) mudou-se

() faleceu () não localizei a rua indicada

() compareci ao local por diversas vezes em horários diferentes não tendo localizado moradores. Dada a data aprazada devolvo o mandado para providências necessárias no intuito de localizar o mesmo.

() o endereço encontra-se incompleto não havendo possibilidades de localizar o imóvel sem maiores informações.

(x) outro⁺ *A requerente mudou-se a cerca de um mês. Endereço ignorado.*

O referido é verdade.

Caucaia, 12 / 12 /2018.

[Assinatura]
FELIPE GOUVEIA COUTINHO
Of. 31 de Justiça Avaliador
MAL 2091-1-1